



## **JUNT@S NA RESPOSTA À CRISE E NA AFIRMAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA POPULAR E SOCIALISTA NO ALGARVE!**

### **Comissão Coordenadora Distrital do Algarve** **Biénio 2020-2022**

#### **Moção de Orientação Política**

##### **I - A crise no Algarve**

A Covid-19 é a primeira pandemia da era da globalização e atingiu muito rapidamente todos os continentes. Esta pandemia colocou em evidência as fragilidades da economia do país, assente fundamentalmente nos setores das exportações e do turismo, que ainda não se tinha refeito totalmente da última crise. São necessárias medidas de fundo, estruturais, investimento público, para alavancar a economia e a sociedade e impedir uma recessão de consequências incalculáveis.

De todas as regiões do país, o Algarve surge como a mais vulnerável e se não forem tomadas medidas extraordinárias a curto e médio prazo os impactos sociais e económicos da crise irão revelar-se dramáticos. A vulnerabilidade do Algarve prende-se com o modelo económico que tem imperado nas últimas décadas, assente quase exclusivamente na atividade turística. Isto impulsionou a construção e o imobiliário, com elevados índices de especulação, condicionou a diversificação económica e a inovação e, até, eliminou outras atividades. O turismo de sol e praia capturou a maioria dos investimentos na região.

Esta monocultura do turismo conduziu a uma forte concentração do emprego nesta área, assente na sazonalidade, numa crescente precariedade, numa política de baixos salários e em ritmos de trabalho infernais. O direito ao trabalho com direitos foi assim relegado para segundo plano. A desertificação do interior e as desigualdades territoriais agravaram-se e as portagens na Via do Infante contribuíram para o aumento das assimetrias regionais. As secas e as alterações climáticas fazem aumentar ainda mais as dificuldades do Algarve.

A pandemia da Covid-19 colocou a descoberto as debilidades do tecido económico regional, muito mais do que qualquer outra região do país. A não existência da Região Administrativa é um outro aspeto negativo para o Algarve. Chegou a altura de inverter o paradigma de desenvolvimento do Algarve através de mudanças estruturais no seu tecido económico e social.

Essas debilidades fizeram-se logo sentir ao nível do desemprego. Neste momento existem mais de 20 mil desempregados na região, um aumento de cerca de 200% em relação ao mesmo período do ano anterior e o inverno ainda não chegou. Na região há milhares de micro, pequenas e médias empresas que recorreram ao *lay-off* e que, se não forem objeto da continuação de apoios extraordinários, pura e simplesmente irão à falência, lançando para o desemprego milhares de pessoas. Muitas já encerraram as portas. Teremos uma onda de pobreza e miséria nunca antes vista. O facto de muitas pessoas viverem a recibo verde, dos biscates e trabalho informal, cujos rendimentos desceram drasticamente, irão agravar as manchas de pobreza. Não terão rendimentos para fazer face às necessidades mais elementares.

Desta forma, o Governo deve canalizar apoios extraordinários para pessoas e empresas nos próximos tempos, priorizar o investimento público, o combate à sazonalidade, a todas as formas de precariedade e ao desemprego promovendo o trabalho com direitos, o direito à habitação para todos, defesa intransigente das minorias, concessão de linhas de crédito a fundo perdido, isenção ou redução de impostos e taxas, concessão de benefícios fiscais para a instalação de novas empresas direcionadas para a diversificação económica, apostar na inovação tecnológica e nas energias renováveis, reforçar a melhoria dos serviços públicos, em particular no SNS, na Universidade e na Escola Pública, apostar numa melhor mobilidade, promover a criação de uma rede de creches públicas, reforçar o papel da Universidade do Algarve e promover a criação de um plano de eficiência e sustentabilidade hídrica na região, como a melhor forma de combate e mitigar as alterações climáticas.

Lamentavelmente, o PS e o Governo não estão para aí virados. Preferem ir fazendo acordos com o PSD e a direita, embora dando a entender o contrário. E o Orçamento de Estado para 2021 é a melhor prova disso, recusando “destroikar” a legislação do trabalho, recusam o reforço substancial do SNS e dos apoios sociais e preferem continuar a injetar centenas de milhões no Novo Banco e nas PPP’s. O único investimento público estruturante para o Algarve em 2021 é a eletrificação da linha do Algarve, continuamente adiada.

## **II - Quem somos e o que queremos**

Esta Moção Programática com o lema **“JUNT@S NA RESPOSTA À CRISE E NA AFIRMAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA POPULAR E SOCIALISTA NO ALGARVE!”** é da responsabilidade dos aderentes do Bloco de Esquerda do Algarve que integram a Lista A. *Esta Lista tem como base a linha política veiculada pelos órgãos nacionais do Bloco de Esquerda, nomeadamente a Mesa Nacional e a Comissão Política, resultantes da Moção A aprovada na XI Convenção Nacional e segue a orientação política preconizada pela Coordenadora Nacional, Catarina Martins, pelo Grupo Parlamentar do BE e eurodeputad@s bloquistas no Parlamento Europeu, com destaque para a candidata presidencial Marisa Matias.*

Considerando a grave crise que se vive no Algarve e com tendência a aumentar, em que os bloquistas têm de juntar forças para responder à emergência social e económica regional, os elementos desta Lista convidaram os camaradas responsáveis da lista opositora para a formação de uma lista unitária, como tem acontecido. No entanto, nem tentaram negociar e resolveram avançar com uma lista de oposição, o que se lamenta por dispersar forças e poder lançar alguma confusão. Rejeitamos críticas infundadas e a nossa atitude pautar-se-á pelo respeito e pela tolerância no seio da “família” bloquista. Mas os campos ficarão clarificados.

Os nossos adversários encontram-se no exterior do Bloco, faremos uma luta frontal e determinada contra a direita e o avanço da extrema-direita, a luta pela afirmação de uma alternativa popular e socialista de esquerda, pela autonomia total frente ao PS, contra as medidas governamentais anti-populares e contra uma União Europeia da finança e de costas voltadas para os Povos. Também serão tidas em conta as convergências possíveis e necessárias para a firmação de verdadeiras políticas de esquerda. O nosso mote é a defesa incondicional do Algarve, das suas populações e classes trabalhadoras. Daí, a importância do reforço e afirmação do Bloco de Esquerda no Algarve e no país.

Esta lista é de continuidade e renovação. De continuidade pelo trabalho desenvolvido e dentro das contingências de momento, pelo trabalho regular e consistente e que foi coroado por uma das maiores vitórias da Comissão Coordenadora Distrital que cessa funções – a aprovação pela Assembleia da República, em junho passado, do Plano de Emergência Social e Económico para o Algarve. Agora o que importa é que o Governo cumpra o que foi aprovado no Parlamento – será uma das grandes tarefas do Grupo Parlamentar e da próxima Comissão Coordenadora Distrital. De renovação com a entrada de nov@s e jovens bloquistas que querem dar o seu contributo por um Algarve melhor, solidário e inclusivo.

## **III - Objetivos prioritários da Lista A para o próximo mandato da CCD**

## **1. Lutar pelo cumprimento do Plano de Emergência Social e Económico para o Algarve**

A Comissão Coordenadora Distrital do BE/Algarve que agora cessa funções elaborou um **Plano de Emergência Social e Económico para o Algarve** que contempla uma diversidade de áreas para a região, o qual foi aprovado na Assembleia da República, apenas com os votos contra do PS e da Iniciativa Liberal (os deputados do PS/Algarve abstiveram-se). Daqui resultou a **Resolução da A. R. n.º 51/2020, de 19 de junho e a publicação no Diário da República de 29 de julho de 2020**. Uma vitória muito importante para o Bloco de Esquerda, mas particularmente para o Algarve que está a viver uma das maiores crises da sua história. Uma nova batalha que agora começa é a exigência para que o Governo cumpra o que determinou o Parlamento. Um trabalho árduo e de continuidade para a próxima CCD, para a qual transitarão muitos camaradas da presente lista. É a Lista A que tem melhores condições para exigir e lutar pelo cumprimento do Plano de Emergência para o Algarve.

**O referido Plano aprovado contempla um conjunto de medidas para o Algarve, a implementar pelo governo.**

### *1. No âmbito do apoio social e aos agregados familiares:*

- a) Direcionar meios financeiros para as autarquias no sentido de reforçar os apoios a quem se encontra em dificuldades e em situações de vulnerabilidade.
- b) Alargar o período das moratórias para pagamento de rendas de casa e empréstimos, sem juros, a quem precisa.
- c) Em conjunto com as autarquias promover a reabilitação e/ou construção de habitação acessível para arrendamento ou aquisição, a custos controlados.
- d) Prevenir qualquer tipo de discriminação exercida sobre os mais vulneráveis, ao abrigo da situação de pandemia.

### *2. Constituir um fundo de emergência, com um complemento de acesso a linhas de crédito sem juros, para apoiar famílias e micro, pequenas e médias empresas.*

### *3. Em articulação com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, apresentar iniciativas para a suspensão, isenção ou redução dos impostos e taxas municipais para os agregados familiares e micro, pequenas e médias empresas.*

### *4. No âmbito da educação e dos equipamentos de ensino e de apoio social, em conjunto com as autarquias:*

- a) Garantir a todos os alunos um computador ou *tablet* com acesso à internet, no ensino à distância e nas aulas presenciais, assegurando as necessárias condições de segurança para alunos e docentes.
- b) Promover a criação de uma rede pública de creches, integradas no sistema educativo e gratuitas, e de lares e centros de dia.

### *5. No âmbito do apoio à cultura e comunicação social regionais:*

- a) Em articulação com as autarquias, constituir um fundo para apoiar os projetos culturais a concretizar nas plataformas online.
- b) Direcionar igualmente apoios para a comunicação social regional e local (escrita, *online* e rádios locais).

### *6. Criar um observatório de coordenação regional envolvendo diversas entidades tais como a AMAL, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a ACT, a União de Sindicatos do Algarve, a Região de Turismo do Algarve e a Universidade do Algarve, para acompanhamento e formulação de propostas para o combate à crise na região.*

### *7. No âmbito da saúde:*

- a) Iniciar a construção do Hospital Central do Algarve e dotar os Hospitais de Faro e Portimão com os recursos financeiros, humanos e técnicos necessários, recuperar valências e melhorar a assistência hospitalar e as condições de trabalho.
- b) Incrementar os cuidados de saúde primários e um programa de bons hábitos alimentares e da prática desportiva na população.

8. No âmbito das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias:

- a) Suspender as portagens na Via do Infante como forma de diminuir os acidentes de viação, combater as assimetrias regionais e as dificuldades sentidas pelas pessoas e empresas.
- b) Resgatar a concessão e requalificar os troços da EN125 entre Olhão e Vila Real de Santo António.
- c) Acelerar o processo de modernização da linha ferroviária regional e do material circulante.

9. No âmbito do apoio à economia, às atividades económicas e à criação de emprego:

- a) Promover incentivos fiscais para a instalação e reconversão de empresas orientadas para as atividades económicas diversificadas, que não o turismo, com vista à diversificação da economia regional (indústrias, património, empresas ligadas às novas tecnologias, ao conhecimento científico e às energias renováveis), com respeito pelo ambiente e como forma de criar novos e melhores empregos.
- b) Promover a criação de um parque tecnológico ligado às ciências do mar.
- c) Dirigir apoios para a defesa das atividades ligadas à pesca, ao viveirismo e marisqueio, a defesa da pesca artesanal e costeira, dos recursos piscatórios, da revisão do Acordo Fronteiriço do Guadiana, do apoio à renovação da frota e do alargamento da oferta dos centros de formação regional.
- d) Proceder à requalificação dos portos de pesca e lotas que se encontram degradadas, desassorear portos, barras e canais.
- e) Apoiar os pequenos produtores agrícolas em situação de quebra de escoamento de produtos, disponibilizando meios financeiros a fundo perdido e implementar a prática de uma agricultura mais sustentável e em sintonia com os recursos regionais, incluindo as plantações autóctones, frutícolas e de sequeiro.
- f) Promover a reconversão profissional na região com diversas formações, com vista à obtenção de emprego pelos trabalhadores.
- g) Reativar e requalificar os centros de formação agrícola com destaque para o Centro de Experimentação Agrária de Tavira, formando equipas de reflorestação para o combate à interioridade e a defesa da paisagem agrícola e florestal do Algarve.
- h) Promover o combate à precariedade laboral reforçando a ACT do Algarve com mais inspetores e equipamentos.
- i) Canalizar mais apoios para a Universidade do Algarve, reforçando o seu papel como motor da investigação e conhecimento do desenvolvimento do território, dinamizando projetos inovadores e criando parcerias com vista à diversificação económica do Algarve, atendendo às boas práticas ambientais.

10. No âmbito da sustentabilidade hídrica:

- a) Implementar processos de reutilização da água a partir das ETAR, nomeadamente para rega de jardins e campos de golfe, fins agrícolas e industriais e lavagem e ruas, e elaborar estudos para a possível construção de centrais de dessalinização com o recurso às novas tecnologias e às energias renováveis.
- b) Elaborar um Plano Regional de Eficiência e Sustentabilidade Hídrica, considerando a crescente escassez de água potável no Algarve devido às secas, alterações climáticas e do crescente consumo do turismo, da agricultura e das famílias.

## **IV – Outros objetivos de atuação dos elementos integrantes da Lista A**

### **1. A defesa do ambiente e o combate à desertificação do interior**

O Bloco de Esquerda/Algarve continuará a opor-se frontalmente à especulação imobiliária e à construção de megaprojetos turísticos-imobiliários, tal como construções na orla litoral e zonas sensíveis, pela defesa das áreas naturais e protegidas no Algarve. Torna-se uma emergência a aposta nas novas tecnologias, na descarbonização da economia regional, nos transportes e nas cidades. A alternativa energética assenta nas energias renováveis, pelo que repudiaremos qualquer tentativa para a prospeção e exploração de hidrocarbonetos. Há que diminuir a “pegada ecológica” reduzindo os gastos energéticos, a poluição e depredação da natureza pelas novas indústrias.

É fundamental um ordenamento do território equilibrado e sustentável, o que passa pelo combate sem tréguas à desertificação do interior, em particular na serra algarvia. São necessários investimentos e políticas públicas no interior em novos equipamentos e para a criação de emprego. Uma prioridade é a reflorestação de áreas ardidas e a valorização dos produtos autóctones regionais. Não podemos permitir a contínua fratura do Algarve e o agravamento das assimetrias regionais.

### **2. Pela criação da Região Administrativa do Algarve**

A próxima CCD continuará a defender a Regionalização através da criação da Região Administrativa do Algarve. Sem Regionalização não há descentralização de competências a sério. O que se verifica é a municipalização de serviços e áreas da parte da administração central e sem os devidos recursos financeiros e humanos, o que conduzirá à contínua degradação de funções e serviços públicos. A descentralização em curso não passa de um negócio entre PS e PSD, cujo ato mais recente se traduziu na eleição/burla dos Presidentes das CCDR. A criação da Região Administrativa do Algarve constituirá um fator da identidade da região, permitirá um maior equilíbrio inter-regional promovendo uma maior colaboração e solidariedade entre os vários municípios e será um fator de mais e melhor democracia e de uma melhor qualidade de vida para as populações.

### **3. O reforço da frente autárquica**

Em outubro de 2021 teremos novas eleições autárquicas, possivelmente ainda em contexto de pandemia, o que as torna umas eleições particularmente difíceis para os bloquistas. Devido às circunstâncias específicas da Covid, a maior visibilidade centra-se nas forças políticas que estão no poder por andarem no terreno diariamente em contacto com as populações. Logo, os seus ganhos eleitorais parecem ser evidentes. Será fundamental que os autarcas e concelhias bloquistas reforcem a sua intervenção junto das populações e nos órgãos autárquicos com vista à satisfação dos seus anseios e reivindicações, perante a emergência social e económica que temos pela frente. Continuará igualmente o combate à municipalização das funções sociais do Estado.

Os bloquistas do Algarve irão à luta, como sempre, e o objetivo será contribuir para a resolução das maiores carências da população e outras necessidades, levando ao reforço da votação e ao aumento dos seus autarcas. O Bloco/Algarve atuará, com determinação, contra a direita, a extrema-direita e o populismo, e contra a governação anti-popular do PS a nível local e nacional, procurando afirmar uma alternativa socialista de esquerda. Também serão tidas em conta as convergências possíveis à esquerda. Desta forma, serão constituídas listas autárquicas à luz das decisões da próxima Convenção Nacional do Bloco de Esquerda.

### **4. Ampliar o trabalho no seio da juventude**

O trabalho e as iniciativas precisam de ser reforçados no seio d@s jovens do Algarve. Importa continuar e ampliar essas iniciativas com vista a uma maior militância juvenil bloquista, através da criação de ambientes adequados, de debates, conferências, encontros, *work shops* e ações de rua, nas escolas e Universidade. Devem ser marcadas reuniões para auscultar os estudantes e divulgar as propostas do

Bloco com as associações do ensino secundário e superior. A frente da juventude irá merecer uma particular atenção por parte da próxima CCD.

### **5. A defesa das minorias**

O Bloco de Esquerda/Algarve será intransigente na defesa de todas as minorias – comunidade LGBTI+, imigrantes, populações das ilhas-barreira, comunidades de etnia cigana, vítimas de violência doméstica, pessoas com deficiência, excluídos e outras minorias. Em tempos de crise e de avanço da extrema-direita e do populismo há a tendência para apresentar as minorias como bodes expiatórios dessa mesma crise. Têm de ser rejeitados, liminarmente, todos os discursos de ódio e práticas persecutórias contra as minorias e os seus direitos por serem imigrantes, por diferenças étnicas, ou por serem LGBT. É intolerável que alguém seja discriminado em razão da sua orientação sexual.

### **6. A luta contra a corrupção**

O Bloco/Algarve continuará a ser implacável contra a corrupção onde quer que ela se manifeste, nas estruturas do poder local, regional ou nacional. A corrupção é o pântano da economia e encontra-se presente na cultura do deixa andar, na atribuição de luvas, nos obstáculos à investigação, no favorecimento e tráfico de influências, na especulação imobiliária, na fraude fiscal, nos contratos e ajustes diretos de conveniência, nos milhões escondidos nos *offshores*.

### **7. Defesa do bem-estar animal**

É preciso prosseguir as políticas que reforcem a proteção e o bem-estar animal. Entre outros aspetos, devem ser proibidos todos os apoios públicos a eventos tauromáquicos e a outros espetáculos que utilizem animais sob tortura, deve haver a reconversão das praças de touros em espaços culturais, a melhoria da rede de centros de recolha oficial, proibição de espetáculos de circo com animais, criação de abrigos para receber animais domésticos e selvagens e o reforço da proteção de espécies em vias de extinção.

### **8. Reforçar a organização bloquista regional**

Um Bloco mais forte na região passa por um maior envolvimento e participação de todas e de todos na definição e concretização das prioridades coletivas. Deve continuar o aprofundamento da democracia interna com a partilha de responsabilidades e a concretização das decisões. Torna-se necessário operar uma maior dinamização do trabalho no seio das concelhias e núcleos e criar estruturas locais onde não existem. Torna-se imperioso criar condições para uma maior participação da juventude e das mulheres na organização bloquista. Devem ser reformulados os grupos de trabalho existentes de modo a que funcionem regularmente, dando prioridade aos grupos para a Juventude, Comunicação, Autarquias e Trabalho Laboral e Sindical. Procurar dinamizar, à medida que possível, a sua criação para as áreas da Saúde, Educação, Transportes, Ambiente, etc. Elaborar programas de ação da CCD e fazer o seu balanço regular. Elaborar minutas/atas das reuniões do secretariado, da CCD e balanço das atividades.

A CCD deve coordenar e articular o trabalho no âmbito da Assembleia Intermunicipal do Algarve. Deve promover assembleias distritais com regularidade, a realização de encontros e debates, assim como ajudar a dinamizar as sedes do Bloco como espaços de administração partidária local, de discussão política e de determinados eventos culturais. O funcionário deverá auxiliar o trabalho do deputado, do secretariado e da CCD, das concelhias e dos órgãos centrais do Bloco, auxiliando a sua articulação entre si e com o exterior. Também deverá auxiliar, sempre que solicitado e dentro das suas possibilidades, as concelhias e os núcleos locais.

### **9. Melhorar a articulação com o deputado e o Grupo Parlamentar**

A próxima CCD deverá continuar a promover e reforçar a articulação com o Grupo Parlamentar e o deputado eleito na região. Devem ser elaborados planos de trabalho e de visitas na região, procurando envolver todas as concelhias e núcleos. Importa reforçar a voz do Algarve no Parlamento através da apresentação de propostas contemplando as diversas áreas e abrangendo toda a região.

### ***10. Reforçar a participação nas lutas laborais e nos movimentos sociais***

Por força da pandemia, o Algarve vai mergulhar numa crise de consequências avassaladoras, com a falência de muitas micro, pequenas e médias empresas e o consequente desemprego astronómico. O Governo central e as câmaras municipais não vão conseguir e não vão querer responder à emergência social e económica do Algarve. O tempo da “geringonça” já passou e o clima político vai degradar-se muito rapidamente, em que muitos setores vão para as lutas de rua, exigindo aos poderes públicos melhores condições de vida. O Bloco só tem a ganhar se reforçar a sua oposição, afirmando-se como alternativa ao PS, que não quer abdicar dos seus privilégios e clientelas quando está no poder. Mas o combate bloquista terá de ser implacável contra o populismo, a direita e a extrema-direita. Como sabemos, em política não há espaços vazios.

Torna-se premente reforçar a intervenção do Bloco/Algarve na luta laboral e sindical. Promover a sindicalização dos aderentes e dos trabalhadores em geral e a sua ação concreta nas lutas pelo aumento do emprego, contra a precariedade e os abusos patronais, por mais salário e direitos, etc., de modo a aumentar o número de ativistas sindicais, delegados e dirigentes sindicais, membros do Bloco, na região. Os bloquistas devem participar e incentivar as lutas e os movimentos sociais do Algarve na reivindicação de respostas positivas à crise, pelo bem-estar e por melhores condições de vida. Para este objetivo é fundamental que, em cada núcleo, aumente o número de ativistas do Bloco a participar nos diferentes movimentos sociais, bem como através de uma intervenção mais coletiva e com maior colaboração entre os vários núcleos.

## **APOIANTES DA MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA**

***(QUE SUPORTA A LISTA A CANDIDATA À COMISSÃO COORDENADORA DISTRITAL***

***DO BLOCO DE ESQUERDA/ALGARVE)***

**“JUNT@S NA RESPOSTA À CRISE E NA AFIRMAÇÃO DE UMA ALTERNATIVA POPULAR E SOCIALISTA NO ALGARVE!”**

- Abílio Ferradeira de Brito, Agricultor, aderente n.º 14 405
- Adriana de Mendonça Bravo Cotovio, Educadora de Infância, aderente n.º 15 041
- Alexandre José Bexiga Sousa, Industrial de Táxi, aderente n.º 6 516
- Alice Pereira Tristany, Professora, aderente n.º 3 911
- Ana Paula Pereira Barão Claro, Repositora Comercial, aderente n.º 3 918
- Aníbal Acácio Mendes Coutinho, Médico, aderente n.º 3 517
- Aníbal Santos Almeida, Reformado, aderente n.º 8 645
- António Alvarinho Sousa Gomes, Aposentado, aderente n.º 12 212
- António Manuel Nicolau Rodrigues, Reformado, aderente n.º 13 200
- Armanda Pulquéria Silva, Técnica de Geriatria, aderente n.º 12 955
- Armando Valeriano Maria Caetano, Jardineiro, aderente n.º 14 404

- Artur Jorge Pereira Duarte, Eng. Eletrotécnico, aderente n.º 14 114
- Augusto Arnaldo Nunes Otero Taveira, Professor Aposentado, aderente n.º 935
- Bernardino José Rodrigues Guia, Maquinista Aposentado, aderente n.º 2 383
- Bruno Miguel Marques Lourinho, Empregado de Mesa, aderente n.º 7 673
- Carlo Erico Botelho Videla, Músico, aderente n.º 14 999
- Carlos Guerreiro Brito, Gestor Ambiental, aderente n.º 7 409
- Célia Maria de Sousa Palma Santos, Auxiliar de Ação Social aderente n.º 8 664
- Constantino Manuel da Silva Vieira, Agricultor, aderente n.º 1 395
- Dóris Rafael Peleira, Animadora Social, aderente n.º 12 957
- Edite Maria de Jesus Marques, Doméstica, aderente n.º 5 705
- Eduardo Alexandre Neto Sequeira, Bancário, aderente n.º 14 154
- Eduardo Jorge dos Santos Pina, Bancário, aderente n.º 13 839
- Elvira Maria Zeferino Silva, Escriturária, aderente n.º 12 448
- Eunice Maria dos Reis Martins Sequeira, Administrativa, aderente n.º 14 152
- Eunice Neto dos Reis Sequeira, Empresária, aderente n.º 13 049
- Fábio Alexandre Marques, Gestor Comercial, aderente n.º 5 704
- Fernanda da Conceição Guerreiro Marcelino, Cabeleireira, aderente n.º 14 403
- Filipa Alexandra Cabrita Rebelo, Administrativa, aderente n.º 10 993
- Filipe Silva Rodrigues, Arquiteto, aderente n.º 5 697
- Frederico J. Gonçalves Braancamp Maldonado, Trabalhador Indep., aderente n.º 14 888
- Helder José Gonçalves Tolentino, Vigilante, aderente n.º 13 453
- Hugo Castro Ribeiro, Cantoneiro, aderente n.º 11 905
- Igor Miguel Gago, Estudante Universitário, aderente n.º 13 748
- Inês Margarida Marreiros Gonçalves, Administrativa, aderente n.º 14996
- Inês Maria Marques Vasconcelos, Auditora, aderente n.º 5 716
- João Álvaro Miranda Capela, Músico, aderente n.º 4 381
- João Fernando Louzeiro Marques, Engenheiro Topográfico, aderente n.º 11 248
- João Fortunato Peixoto Teixeira, Motorista, aderente n.º 9 453
- João Luís Moreira Bárbara, Bancário, aderente n.º 13 605
- João Miguel Correia Rodrigues, Médico, aderente n.º 15 297
- Joaquim Alberto Coelho Gomes, Contabilista, aderente n.º 11 968
- Joaquina Maria Rosa Lourenço, Governanta de Andares, aderente n.º 9 138
- Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos, Eng. Telecom., aderente n.º 8 646
- Jorge Manuel de Jesus Teixeira Carrola, Enc. de Manutenção Geral, aderente n.º 10 994
- João Manuel Duarte Vasconcelos, Professor, aderente n.º 1 508
- José Arnaldo da Fonseca Conrado Dias, Escritor, aderente n.º 1 507
- José Branco Basílio, Advogado, aderente n.º 12 908

- José Carlos da Silva Gonçalves, Motorista, aderente n.º 11 906
- José Maria Serrador Mestre, Pescador, aderente n.º 14 877
- Liliana Sofia Martins Costa, Educadora de Infância, aderente n.º 13 813
- Luís da Silva Cabrita, Reformado, aderente n.º 15 912
- Luís Filipe Marques da Cruz Maia, Aposentado, aderente n.º 4 307
- Luís Miguel Fernandes Costa, Auxiliar de Ação Direta, aderente n.º 4 022
- Luís José Moleiro dos Santos, professor Aposentado, aderente n.º 2 500
- Luis Manuel da Rosa Fernandes, Técnico Operativo, aderente n.º 13 122
- Luke Trevor Gillett, Desempregado, aderente n.º 12 816
- Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, Administrativo, aderente n.º 9 360
- Mário Jorge Neto Sequeira, Administrativo, aderente n.º 13 815
- Maria Celeste Rodrigues dos Santos, Formadora, aderente n.º 10 577
- Maria de Lurdes Aleixo Madeira Gonçalves, Técnica dos CTT Aposentada, aderente n.º 4 416
- Maria de Lurdes Guerreiro Martins, Agricultora, aderente n.º 14 406
- Maria Feliciano Castilho, Reformada, aderente n.º 13 595
- Maria Elisa Martins Rafael, Bancária, aderente n.º 12 956
- Maria Leonor Esteban Pereira, Técnica Superior, aderente n.º 12 722
- Maria José Coelho Gonçalves, Professora, aderente n.º 11 228
- Maria Rosa Dias, Funcionária da C. P., aderente n.º 10 391
- Mariette Martinho, Assistente de Consultório, aderente n.º 8 449
- Marilú Veiga Correia Batista Santos, Empregada de Hotel, aderente n.º 12 110
- Mário David Pereira Mateus, Técnico Informático, aderente n.º 10 712
- Mário Fernando Ascenso de Matos, Diretor Comercial Apos. aderente n.º 6 592
- Miguel Ângelo Abreu Viegas, Estudante, aderente n.º 14 402
- Miguel Jorge Medeiros Martins Madeira, Economista, aderente n.º 3 109
- Nuno Miguel da Fonseca Matos, Aposentado, aderente n.º 10 989
- Orlando da Silva Fidalgo, Caixeiro Farmacêutico, aderente n.º 12 657
- Paulo João Pereira Silva, Motorista, aderente n.º 14 293
- Paulo Jorge Afonso da Silva, Motorista, aderente n.º 9 782
- Paulo José Félix de Oliveira, Enfermeiro-Chefe, aderente n.º 3 912
- Pedro Filipe Marques, Empregado de Balcão, aderente n.º 5 706
- Pedro Miguel Sousa Mota, Técnico Comercial-CTT, aderente n.º 4 152
- Pedro Miguel Varela Sequeira, Artesão, aderente n.º 14 987
- Rui Agostinho da Conceição, Artesão, aderente n.º 14 998
- Sebastião Sousa Pernes, Marinheiro, aderente n.º 4 952
- Soraia Rosa Baptista, desempregada, aderente n.º 14 851
- Tatiana Isabel Duarte Pacheco, Bancária, aderente n.º 11 994

- Tiago Miguel Carapeto Neves, Estudante Universitário, aderente n.º 14 995
- Valentina Brito, Desempregada, aderente n.º 14 214
- Vidal Conceição Marreiros, Pescador, aderente n.º 3 939
- Vítor Dinis Ferreira Alfaiate dos Reis, Gestor de Projetos, aderente n.º 10 362
- Vitor Manuel Bexiga Ruivo, Funcionário Público aposentado, aderente n.º 516
- Vitor Manuel Sequeira dos Santos, Rececionista Rent-a-Car, aderente n.º 14 296
- Vitor Ricardo dos Anjos Fernandes, Funcionário Público, aderente n.º 10 187